PROTEÇÃO

Unesco incluiu três novos sítios brasileiros em rede internacional que preserva a história do tráfico de escravos. Locais representam desde a chegada ao Brasil até o movimento de resistência do povo negro. Especialistas celebram decisão

Triste memória da escravidão no país

» LETÍCIA PASSOS
» CAETANO YAMAMOTO*

Três sítios que preservam diferentes capítulos da história da população negra no Brasil passaram a integrar uma iniciativa internacional dedicada à memória da escravidão e da resistência ao sistema escravista. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) anunciou, na última sexta-feira, a inclusão de locais no Rio de Janeiro, na Bahia e em Alagoas na Rede de Lugares de História e Memória relacionados à Escravidão e ao Tráfico de Pessoas Escravizadas.

Os novos integrantes são o Cais do Valongo, na capital fluminense; a Sociedade Protetora dos Desvalidos, em Salvador; e a Serra da Barriga, em União dos Palmares. Embora tenham trajetórias distintas, os locais ajudam a compreender tanto a violência da escravização quanto as formas de organização, solidariedade e resistência construídas pela população negra ao longo da história brasileira.

A Diretora e Representante da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noleto, disse ao **Correio** que a inclusão dos sítios representa um importante reconhecimento internacional de seu valor histórico e de sua contribuição para a preservação da memória da escravidão e da resistência da população negra. "Mais do que reconhecer o passado, a iniciativa busca contribuir para que essa memória seja transmitida às novas gerações. A inclusão desses locais na Rede permite honrar e transformar lugares de memória em espaços vivos de conhecimento, diálogo intercultural e promoção dos direitos humanos", apontou.

Para o professor de história Natanael Pires, o órgão internacional tem um papel importante na preservação da história e do patrimônio. De acordo com ele, ao tombar esses locais, é permitido que toda uma história geracional permaneça preservada de redes privadas.

"Nós temos que entender que esses sítios, uma vez protegidos pela Unesco, servem como objetos historiográficos até derramar as próximas gerações. Sendo assim, eles auxiliam na memória daqueles que vieram na época da escravidão. Então, nós temos sempre que lembrar que, se eu preservo o passado, as gerações que estão agora, no presente momento, e aquelas que irão aparecer no futuro, nunca irão esquecer de toda uma trajetória, principalmente uma trajetória que esteja ligada à formação do povo brasileiro, que, no caso, é o negro", refletiu.

No Rio de Janeiro, o Cais do Valongo conserva vestígios de um dos principais locais de chegada de africanas e africanos escravizados às Américas. Reconhecido como patrimônio mundial pela Unesco desde 2017, o sítio arqueológico constitui um testemunho material do tráfico transatlântico e da dimensão que a escravidão alcançou no país. A memória da resistência também está presente na Serra da Barriga, em Alagoas, onde se encontra o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. O território guarda a história de uma das mais importantes experiências de enfrentamento ao regime escravista no Brasil, tornando-se uma referência da luta da população negra pela liberdade.

Já em Salvador, a Sociedade Protetora dos Desvalidos representa outra dimensão dessa trajetória. Sua história, iniciada no século 19, está associada à criação de redes de apoio e solidariedade entre pessoas negras, demonstrando a importância da organização coletiva diante das desigualdades e das consequências da escravidão.

Para o professor de história do Brasil da Rio International School Danilo Costa, os três territórios ajudam a compor a história da população negra no Brasil, das mulheres e dos homens negros que fizeram parte da nossa história. Costa acredita que isso ocorra por vertentes distintas, já que o Cais do Valongo apresenta a maneira pela qual as pessoas escravizadas chegaram ao porto do Rio de Janeiro.

"O quilombo, por sua vez, representa uma forma mais aguerrida de resistência. As pessoas escravizadas, ao não aceitarem as condições que lhes eram impostas, fugiam para esses territórios. Já as irmandades, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, atuavam por outras vertentes, constituindo, também, formas de resistência à escravidão", ressaltou.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, foi o maior porto da diáspora africana, recebendo 1 milhão de pessoas escravizadas

Divulgação/Prefeitura de Maceió



Serra da Barriga abrigou o Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência negra

Divulgação/SPD



Sociedade Protetora dos Desvalidos surgiu para ajudar na compra da alforria

Preservação e educação

O reconhecimento amplia a presença brasileira na rede internacional criada pela Unesco em 2024. A iniciativa reúne lugares associados à escravidão e ao tráfico de pessoas escravizadas, com o objetivo de assegurar a preservação desses espaços e estimular a transmissão de suas histórias às novas gerações. Além da proteção da memória, o projeto incentiva a troca de experiências entre os participantes e o desenvolvimento de atividades educativas, especialmente aquelas que envolvem as comunidades ligadas aos territórios reconhecidos.

O Brasil já contava com três instituições na iniciativa: o Museu da Inconfidência, em Minas Gerais, o Museu Casa da Hera e o Museu da República, ambos no Rio de Janeiro. Com as novas inscrições, o país passa a ter seis representantes na rede.

O historiador e arqueólogo André Moura explica que o reconhecimento global na rede consolida salvaguardas jurídicas e patrimoniais contra o negacionismo histórico e o desmonte de políticas públicas, convertendo esses territórios em dispositivos pedagógicos vitais que conectam as estruturas do racismo contemporâneo às suas raízes coloniais e imperiais, premissa indispensável para qualquer debate sério sobre reparação histórica e justiça social.

"Ao chancelar conjuntamente a infraestrutura mercantil da desumanização no Cais do Valongo, a soberania territorial radical na Serra da Barriga e o associativismo urbano na Sociedade Protetora dos Desvalidos, a Unesco valida o protagonismo político da população afro-diaspórica, superando de vez a leitura reducionista que restrinja o negro ao papel de vítima passiva", destacou. A apresentação das candidaturas nacionais é coordenada pelas Comissões Nacionais para a Unesco. No caso brasileiro, essa atribuição cabe ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pela articulação do país com a organização internacional.

Em nota do Itamaraty, o governo brasileiro comemorou a inclusão dos três locais e destacou a importância do reconhecimento para a preservação da memória histórica. Segundo o MRE, a medida também busca valorizar as experiências de resistência da população negra e fortalecer iniciativas de educação que permitam às novas gerações conhecer as consequências da escravidão e o papel daqueles que lutaram contra ela.

Ao **Correio** o embaixador Marco Antonio Nakata, diretor do Instituto Guimarães Rosa e porta-voz do MRE, afirma que a inclusão dos sítios na Rede da Unesco ajuda a dar maior visibilidade internacional a esses espaços e abre novas oportunidades de cooperação com instituições de outros países que compartilham essa história. "O Cais do Valongo, a Sociedade Protetora dos Desvalidos e a Serra da Barriga são sítios fundamentais para compreender e valorizar a história da escravidão e da resistência da população negra no Brasil", completou o diplomata.

***Estagiário sob a supervisão de Victor Correia**

Governo promete apurar violência contra indígenas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Integrantes do governo federal visitaram comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, ontem, para apurar denúncias de envenenamento, ameaças e violações de direitos humanos após o segundo turno das eleições, no último domingo. A comitiva reuniu o ministro dos Povos Indígenas (MPI), Eloy Terena, o ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Wellington César Lima e Silva, e a titular dos Direitos Humanos, Janine Mello, além das deputadas federais Sônia Guajajara (PSol-SP) e Célia Xakriabá (PSol-MG).

A equipe visitou a cidade de Dourados (MS), a Aldeia Caarapó, no município de Coronel Sapucaia, e a comunidade Sassoró, em Tacuru (MS), cidade em que o governo investiga denúncias de que dois servidores municipais elaboraram plano para envenenar a água que abastece os indígenas por meio de carro-pipa. Ambos, que não tiveram seus nomes divulgados, foram afastados das funções e respondem a processos administrativos disciplinares.

Ao todo, de acordo com a ministra Janine Mello, a pasta dos Direitos Humanos apura 189 denúncias de violações a povos indígenas. "A gente tem acompanhado com bastante preocupação o aumento do número de casos que têm sido reportados aos diferentes ministérios em relação a atos de violência com motivação política. Para a gente, é superimportante garantir não só a recepção dessas denúncias, mas o devido encaminhamento e o acompanhamento depois do que aconteceu em cada um desses casos", explicou.

O Ministério da Justiça confirmou o reforço do efetivo da Força Nacional no estado e a participação da Polícia Federal nas investigações, com o objetivo de apurar as denúncias de violações de direitos indígenas. Titular da pasta, Wellington Lima e Silva disse ter feito, ontem, reuniões com essas forças de segurança pública, além de órgãos sul-mato-grossenses, como Secretaria de Segurança Pública estadual, a Polícia Civil e a Polícia Militar.

"Tudo de concreto que aconteceu está sendo apurado com rigor, identificado, e todos os autores serão responsabilizados. Queremos ser absolutamente rigorosos para que nenhuma dessas práticas ocorra sem responsabilização", enfatizou.

Para o ministro dos Povos Indígenas, Eloy Terena, a ida presencial às terras afetadas é indispensável para dar suporte direto às comunidades e assegurar que nenhuma agressão fique sem resposta. Terena explicou que o ministério estruturou uma equipe técnica para acompanhar a apuração de violações e oferecer apoio a indígenas. "Nossa presença física aqui reforça esse compromisso com a proteção e o respeito aos direitos dos povos", completou.

Essas equipes técnicas incluem equipes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em Mato Grosso do Sul. O ministério também comunicou ontem que vai manter a postura de interlocução contínua com lideranças indígenas e unidades regionais da Funai com acompanhamento pelo Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas (Demed).

Manifestações indígenas

A participação de órgãos do governo federal nas investigações de casos de violação de direitos humanos em aldeias em Mato Grosso do Sul foi celebrada por lideranças indígenas por meio de perfis nas redes sociais. A página no Instagram Povos.Tradicionais compartilhou stories com anúncios do reforço da Força Nacional à proteção de indígenas. Em outra publicação, o perfil enfatizou a influência da cultura indígena nas cidades do Mato Grosso do Sul. "49 cidades de 79 no Mato Grosso do Sul carregam nome indígena e história. (...) Não adianta esquecer a história deste estado", escreveu a página.

Em outra publicação no perfil, é compartilhado um vídeo em que um homem lamenta não ter atirado em um indígena. A postagem, que não identifica esse homem, também conta com pedidos de justiça, respeito e paz. "Até quando o nosso povo terá que enfrentar tanto ódio? Até quando ser indígena será motivo de discriminação, perseguição e violência? Nós não queremos violência", cobra a publicação.